

## **MULHERES TRANS NA EDUCAÇÃO MARANHENSE: AS ENTRELINHAS FAMILIARES ENTRE O SUCESSO E O FRACASSO ESCOLAR**

Catarina de Cassia Moreira; Dr<sup>a</sup> Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – [Catherine.cassia@gmail.com](mailto:Catherine.cassia@gmail.com)

Universidade Federal do Maranhão – [Sirlenemp@gmail.com](mailto:Sirlenemp@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo é fruto de uma monografia de graduação em Pedagogia, intitulada “Cantos e encantos das sereias: cotidianos e desafios de mulheres transgêneras no processo educativo”. Objetiva problematizar a relação entre a família, o sucesso e o fracasso escolar de mulheres transgêneras discentes da Universidade Federal do Maranhão. Entende-se que a relação familiar constitui-se em fator que afeta de forma direta o percurso escolar do aluno/a, influenciando positivamente ou negativamente em suas experiências escolares. Dessa forma, no decorrer do estudo, foi possível compreender os desafios e conquistas de mulheres transgêneras em meio aos espaços educacionais formais, levando-se em consideração as experiências e subjetividade das identidades construídas. Destaca-se que a identidade transgênera é múltipla e não há como haver generalizações. Entretanto, o trato com as diferenças no ambiente escolar formal ainda é hostil, práticas conservadoras ainda permanecem a subjugar como ilegítima as identidades não cisgêneras. A família em suas múltiplas facetas, ainda tem o poder de influenciar nas conquistas e fracassos. Logo, seu apoio é primordial para com os grupos da diversidade que constantemente sofrem com a discriminação no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Mulheres trans. Família. Educação Maranhense.

### **O que nos alicerça?**

A família é um dos primeiros contatos com que a criança tem ao nascer, pelo menos deveria ser. Consanguíneos ou não, famílias tradicionais, homoafetivas, transafetivas, poliafetivas, de uma “mãe solteira”, ou até mesmo de um pai, mas há aquela avó ou avô que criou seus/suas netos/as, infinitas possibilidades de famílias, que independentemente de suas origens e/ou composições podem exercer um papel de cuidado, afetividade e de instrução na vida de uma criança.

Ela exerce um papel fundamental de referência e de construção do caráter. Acreditamos de acordo com a teoria sócio interacionista elaborada por Vygotsky (2007) que a criança aprende com o meio em que vive, e a partir deste referencial irá construir sua identidade, suas preferências e condições. A escola também possui um papel definidor na formação da criança, desta forma a família deve caminhar a favor da educação formal. Ambas instituições devem estabelecer uma relação de parceria para o bem estar da criança que está em pleno processo de formação, mental e físico.

As colaboradoras<sup>1</sup> desta pesquisa são mulheres trans que conseguiram chegar no ensino superior e que para alcançarem este objetivo, a presença familiar e a vivência escolar foram fundamentais. Entendemos que esta vivência é uma exceção em meio à exclusão da pessoa trans do espaço formal de educação na sociedade brasileira, pois de acordo com Peres (2005, p.57) “[...] a escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais”.

Objetivamos problematizar a relação entre a família, o sucesso e o fracasso escolar de mulheres transgêneras discentes da Universidade Federal do Maranhão, as histórias de vida dessas mulheres se relacionam em alguns pontos, trazendo também marcas pessoais em suas falas.

Escolhemos utilizar a História Oral de Vida, conforme sugerem Meihy e Holanda (2011) nos caminhos metodológicos deste estudo, buscando-se a colaboração das autoras e autores no sentido de reorganizar as ideias e resignificar as falas das mulheres trans colaboradoras. Esta escolha não deve-se apenas por afinidade, mas por caber ao desenvolvimento do objeto em determinada situação ou temporalidade, a escolha da história oral deu-se nesse estudo no sentido de resgatar a história entretanto de visibilizar determinado grupo a qual consideramos minoria política. Para Silva (2015, p. 72) a história oral possui “técnicas que permitem o acesso e a compreensão das impressões, aspectos subjetivos, fantasias e visões de mundo implicadas nas experiências de vida dos indivíduos”.

Em termos sócio morais, “[...] a história oral tem vocação a valorizar o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social” (MEIHY & HOLANDA, 2011, p.37), a partir do resgate das lembranças individuais e a sistematização das mesmas, os/as pesquisadores/as, historiadores/as podem resignificar as ideias e construir estudos que colaborem com determinado campo de conhecimento, dando visibilidade e fomentando as discussões e pesquisas a respeito de determinadas temáticas, identidades ou movimentos sociais. Em suma, entendemos que a história oral evitará que haja generalizações das trajetórias, evidenciando a subjetividade das colaboradoras deste estudo, tendo-se ciência dos desafios e conquistas distintas de cada história.

Para preservarmos as identidades de nossas colaboradoras, evidenciamos as suas características principais e relacionamos com uma personalidade histórica escolhida, tendo em vista a relativa comparação entre a **personalidade** da mulher negra escolhida e a nossa **colaboradora** mulher negra. **Maria Felipa** representa nossa primeira colaboradora, mulher negra que lutou com a inteligência e seus próprios punhos pela libertação de seu povo (JOMALINIS, 2014, p. 22).

---

<sup>1</sup> O termo “colaborador/a” é utilizado por Meihy e Holanda (2011) para resignificar o termo “sujeito” da pesquisa.

Para identificar nossa terceira colaboradora, escolhemos a personalidade de **Dandara dos Palmares**, mulher negra que por volta do século XVII no cenário brasileiro lutou fisicamente e se posicionou politicamente se opondo as deliberações da Coroa Portuguesa (JOMALINIS, 2011). Nossa terceira colaboradora assim como **Antonieta de Barros** nascida na década de 1901, ambas órfãs de pai, criadas pela mãe, enfrentaram barreiras para conquistar espaços inusitados às mulheres, principalmente quando a mesma é negra.

### **Identidade Transgênera, Família e o Cotidiano Escolar: uma relação possível?**

Entendemos que a família é um alicerce na formação do ser humano. Segundo Biroli (2014, p. 07) “as experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para percepção de quem somos, isto é, para as nossas identidades”. Todavia, para Maria Felipa sua família foi um obstáculo em sua vida, filha de pai e mãe separados vivenciou a violência psicológica tanto por parte do seu pai, quanto da sua mãe, pelo fato de querer desempenhar a sua expressão de gênero. Desde pequena era vaidosa e atraída pelos artefatos do universo feminino, queria conservar naquele momento seus cabelos e unhas grandes, marcas de sua expressão e de seu pertencimento. Ela nos conta que:

Um dia meu pai, homem **machista** – entretanto tento julgar tanto – pois ele foi criado nesse **tradicionalismo patriarcal e colonial** da nossa sociedade, me buscou na escola e eu estava maquiada, de cabelo grande, unhas pintadas... foi quando começou a me ameaçar, dizendo que iria raspar minha cabeça com um facão, arrancar minhas unhas com um alicate, cortar minha orelha porque eu estava de brinco e passar ácido no meu rosto. (MARIA FELIPA, 2017 – grifos nossos).

Maria Felipa atribui a seu pai, uma característica marcante: ser *machista*. Segundo Carvalho (2009, p. 17) trata-se da crença de que os homens são superiores às mulheres atribuindo também a sua criação em um “sistema social baseado na autoridade do homem nas esferas públicas e privadas, sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero e modos de organização [...]”(ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 1994 *apud* CARVALHO, 2009, p. 17) que caracteriza o patriarcado.

A história familiar de Dandara dos Palmares toma um percurso inverso ao de Maria Felipa. Dandara desde muito cedo foi bem recebida pela sua família tendo em vista as suas características adversas ao padrão de gênero e expressão de nossa sociedade. Gêmea de outra menina, nasceu segundo ela com um “négocio” entre as pernas, a qual reluta em nomear. A aversão ao mundo masculino fez com que seus familiares desde muito cedo tentassem compreender a sua identidade,

seu irmão mais velho já descartava algumas possibilidades, especialmente quando sua mãe a entendia como homossexual, falando: -“Mamãe tira isso da cabeça, Duda não é gay!”. Carinhosamente apelidada por Duda, o irmão de Dandara estipulava que não se tratava de uma identidade sexual, ou melhor, ela não era um homem gay. Apesar de não conseguir definir uma identidade mais próxima, o esforço familiar em compreendê-la já facilitava a convivência. Sobre essa questão, retomamos Peres (2005, p. 56) quando afirma que em suas pesquisas encontrou “famílias mais acolhedoras dos modos de ser de seus filhos que, apesar de acanhadas e confusas, dão início à construção de novas relações, a fim de promover a convivência afetuosa e tolerante, constatado mediante conversas”.

De acordo com Louro (2000) a identidade trata-se de uma atribuição cultural, sendo definida por muitos a partir do corpo, podendo também ser nomeada e interpretada a partir da concepção de cada sociedade. A identidade que tomamos como foco em nosso estudo trata-se da identidade de gênero, sendo esta segundo Jesus (2012, p. 14) o “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento”, podendo atender ao padrão cisnormativo ou transgredi-lo constituindo assim identidades transgêneras.

No que tange a relação familiar e a infância de Maria Felipa, consideramos importante destacar o trecho em que declara:

Por volta dos meus cinco anos aproximadamente, fase em que eu já conseguia me expressar verbalmente, tentava explicar para a minha mãe que **eu me sentia uma menina**, mas ela não se preocupava muito com isso, nessa idade eu deixava o cabelo crescer, eu podia pintar minhas unhas de qualquer cor e me vestir do jeito que eu quisesse. (MARIA FELIPA, 2017 – grifos nossos).

Antes de assumir-se, aos quinze anos de idade, esta colaboradora por meio de alguns ensaios, tentava esclarecer à sua mãe sua condição, entretanto o que nos chamou a atenção foi à despreocupação em relação às afirmações iniciais, tendo em vista a negação futura que desencadeou atitudes um tanto desastrosa sem relação à vida social e escolar. Sobre essa questão Maria Felipa conta que sua mãe retirou tudo o que ela considerava feminino de seu cotidiano e disse que a colocaria no colégio militar, cujo objetivo pelo que percebemos, era tolher sua expressão de gênero e conseqüentemente lhe propiciar uma “correção” em um colégio com concepções militares e que provavelmente, no imaginário da mãe, poderia corrigir a condição de sua filha.

No que tange ao posicionamento de sua condição, Antonieta de Barros percebeu os conflitos com a sua identidade e os padrões da sociedade no momento da puberdade, quando as

características biológicas masculinas apareciam em seu corpo, relatando: “[...] na minha cabeça eu era uma menina, apesar de não usar roupas femininas, reivindiquei a minha identidade precocemente, mas sempre foi muito tranquilo, principalmente porque minha mãe sempre foi muito presente, não tenho pai, graças a Deus”.

Percebemos que a colaboradora atribui a tranquilidade no processo de assumir-se ao fato de não possuir a presença do pai, figura comumente associada a posicionamentos machistas. Vale ressaltar que não afirmamos isso como se fosse uma máxima, pois qualquer indivíduo, independente de gênero, condição sexual, etnia ou raça pode fazer a manutenção dos mecanismos de opressão na sociedade, como o machismo, por exemplo. Entretanto, Biroli (2014) esclarece que a família moderna como ideologia e com seus ideais de maternidade compulsória e de privacidade a parte da esfera pública, muitas vezes acaba por reforçar a dominação masculina e a submissão da mulher, colocando o masculino em evidencia como a figura machista e repressora da sociedade.

Para Bourdieu (2002) esta dominação masculina inscreve-se em uma perspectiva biológica que legitima esta relação, a naturalizando como construção social, inferiorizando o feminino em relação ao masculino.

No que se refere ao período de transição, muitas vezes é o momento que precede o posicionamento de assumir-se, podemos nomear o termo também como “processo transexualizador” que se trata de um momento em que a mulher trans modifica suas características ao gênero alvo, a partir de hormonioterapia, procedimentos cirúrgicos e mudanças estéticas a partir de indumentárias (JESUS, 2012). Entretanto, trata-se de um processo subjetivo e não sequencial, pois cada mulher traça o seu processo, de acordo com suas necessidades, preferências e condições financeiras.

Performar um gênero, conforme comenta Jesus (2012), requer posicionamento e condições, tanto a mulher cis faz intervenções ou não sobre seu corpo, seja para aumentar o tamanho das mamas, ou diminuir os lábios da vagina, assim como o investimento em tratamentos estéticos. Performatividade requer intervenção, mesmo que “naturalmente” a biologia tenha facilitado o processo da mulher cisgênera. Para Butler (2003, p. 194) a performatividade:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado.

O senso comum estabelece uma forte relação entre as identidades sexuais e de gênero, entendemos a mulher trans como se fosse um homem gay, sendo que se caracterizam identidades totalmente distintas. Dandara dos Palmares, por exemplo afirma que: “no começo ouvimos as famílias dizerem: - “Meu Deus, meu filho é gay!”. Mas, acabam descobrindo que não é”.

Atribuímos essa ideia pelo fato da relação afetiva e/ou sexual que a mulher trans pode desempenhar, por ter nascido e permanecido, ou não, com seu órgão genital: o pênis. Ao relacionar-se com um homem cisgênero, que possui também o pênis, automaticamente através de discursos da biologia estabelecem relação entre os genitais e caracterizam assim uma relação homossexual, entretanto acreditamos que o social nos define, os posicionamentos dos indivíduos estabelecerão a sua identidade, se há uma relação entre pessoas de gêneros diferentes assim denominamos uma relação heterossexual. Os genitais são exclusivamente órgãos da intimidade, não definiremos os indivíduos a partir desta categoria, a identidade de gênero independe do sexo biológico. Como sugere Bento (2008, p. 18):

[...] a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição se confronta com a aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero.

Haverá aquelas mulheres trans que definirão a sua condição sexual como lésbicas, as quais se relacionarão com outras mulheres (trans ou cis) desta forma indo contra o que o discurso biológico define. Há diversas possibilidades de identidades sexuais que podem definir as pessoas trans, as quais podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, dentre outras.

“Condição sexual” ou “orientação sexual” são termos utilizados para designar a “identidade sexual” do sujeito, no qual para Anjos (2000) trata-se da identificação sexual e/ou afetiva ao gênero oposto o que caracteriza a heterossexualidade, ao mesmo sexo o que caracteriza a homossexualidade ou ate mesmo a atração por ambos os gêneros que define uma pessoa bissexual, há também estudos que definem a ausência total ou parcial do desejo sexual e/ou afetivo, como a assexualidade (JESUS, 2012).

Outro ponto que vale ressaltar no que tange a diferenciação das identidades, é comentado por Dandara dos Palmares quando define a “teoria do Pokémon” destacando tratar-se da errônea ideia de que se nasce homem e se torna gay, posteriormente Drag Queen, travesti e o estágio final é tornar-se mulher. De fato, as identidades são fluídas e mutáveis, visto que segundo Louro (1999), as experiências são variadas e a mulher trans por pressões sociais pode inicialmente ter que definir-se

por não se enquadrar no padrão, antes de posicionar-se socialmente, ela ou a sociedade necessita de uma etiqueta para ser entendida. Para Bauman (2005, p. 16):

As pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumidamente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude...

Antonieta de Barros também passou por este processo de busca da sua identidade ao declarar: “eu assumi minha identidade para minha mãe entre os quinze a dezesseis anos, foi quando disse era homossexual, que eu era gay, não foi um processo traumático, ela só ficou triste mesmo por conta de discriminação”. Mas, logo depois de entender-se no mundo, ela reconhece e assume a sua identidade de gênero e pontua a confusão entre a afetividade e o seu “ser”, lembrando que:

[...] a **sexualidade** aflora começamos a sentir **desejos sexuais**, no meu caso **heterossexual** porque eu sempre senti desejos por meninos... essa é a parte mais conflituosa porque você começa a confundir, pois a priori a gente sempre se define como gay, sempre é um processo muito mais lento se descobrir trans, muitas de nos só vamos saber muito tarde, mas hoje em dia com a internet há muito mais informação que antigamente. (ANTONIETA DE BARROS, 2017 – Grifos nossos).

Sobre o ato de discriminar pontuada por Antonieta entendemos conforme aponta o Livro de Conteúdo do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que significa “tratar diferente, anular, tornar invisível, excluir ou marginalizar” (BRASIL, 2009, p. 35). Discrimina-se pessoas que se posicionam contra o padrão estabelecido pela sociedade, pessoas as quais são negadas a sua existência.

A família de Maria Felipa também demonstra medo em relação a discriminação que a sociedade apresenta contra pessoas trans. Ela nos afirma que suas mães lhe orientavam a não andar com adereços femininos na rua para evitar que fosse “morta ou apedrejada”. As “mães” citadas por Maria em sua história, trata-se do casamento homoafetivo que sua mãe assumiu logo após separar-se de seu pai biológico. As ideias de proteção de suas mães se contradizem pelo fato de Maria ser discriminada dentro da própria casa, quando declara:

[...] as minhas mães não se dizem preconceituosas, mas elas reproduzem o preconceito da sociedade, elas reproduzem esse machismo, elas colocam religião em tudo quanto se trata de mim, e só usam o que é conveniente sempre dizendo: -“Ah tu não podes fazer isso porque é pecado! Tu tens que me obedecer porque na bíblia diz honrar pai e mãe, não diz pai e mãe honrar o filho e filha”. (MARIA FELIPA, 2017).

As mães de Maria Felipa pertencem ao grupo da diversidade, e embora haja discursos conservadores que vão contra as uniões homoafetivas, elas elaboram e se utilizam de argumentos de

bases cristãs para diminuir a autonomia de sua filha, sobre seu próprio corpo e expressão, tolhendo a sua identidade. O espaço que era para ser acolhedor se demonstra hostil para Maria. A família que deveria proporcionar o cuidado com os indivíduos os quais possuem laços especiais, o tempo do lazer, atenção amorosa, o apoio para o desenvolvimento emocional, intelectual e moral das crianças respeitando as identidades plurais, conforme defende Biroli (2014).

Para Silva (2011) a sexualidade é originada, afetada e transformada de acordo com os códigos de cada sociedade e os momentos históricos, ela é fluída e subjetiva a cada indivíduo, não se trata necessariamente da relação sexual e/ou afetiva, mas também se relaciona ao corpo e aos prazeres proporcionadas a cada pessoa tomando em vista a sua individualidade, é o gosto pela leitura, a caminhada ou ate mesmo na degustação de um alimento.

Dandara dos Palmares, no que tange à discriminação nos esclarece que: “[...] o mais incrível é que eu nunca sofri tanta discriminação sexual eu sofri mais pela discriminação de cor [...]”. Ela possui uma característica ímpar, demonstra possuir uma personalidade forte, ativa e conhecedora de seus direitos, não hesitando em reivindicá-los. Sua liberdade é conquistada com questionamentos e posicionamentos em relação a seus afazeres, desde muito pequena. Ela declara que muito discriminou, no entanto entendemos que fato dela questionar seus possíveis opressores, acontecimentos aos quais perceberemos em sua trajetória escolar não se trata de discriminação, mas sim de um mecanismo de defesa.

Ela elenca também que pouco sofreu por sua identidade e expressão, seus maiores embates se deram por sua cor, mulher negra enfrenta o racismo nos diversos espaços. Furlani (2011) estabelece relação entre as desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos da América, a *Apartheid* (regime de segregação racial institucionalizado) nos EUA foi regulado por Lei para subsidiar a divisão entre negros e brancos assim como na África do Sul, mas o Brasil apesar de não constituir Leis solidas, as atitudes de preconceito e processos discursivos, embora mediados por relações de cordialidade, sempre reforçaram a desigualdade racial em nosso país. Sobre os processos discursivos Freyre apud Priore (2006, p. 60) esclarece que estes “são os responsáveis por transformarem a diferença em desigualdade, na medida em que posicionam e qualificam (positiva ou negativamente) sujeitos e identidades. Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”.

## **O que encontramos nas entrelinhas?**



Percebemos, no decorrer do estudo que os estereótipos de gênero e as expectativas são construídas a partir dos discursos, a família constrói um imaginário sobre o sexo biológico da criança, a partir disso traçam o futuro e as preferências deste ser humano o qual nem conhece as identidades. Mas não é apenas a família que constrói essas expectativas, a escola reproduz discursos normatizadores dos gêneros, separam-se meninos e meninas por fila, dão-se cores de lápis específicas a eles e elas, bem como os brinquedos são divididos na sala por gênero.

Tratamos da mulher que transgrediu padrões e se opôs a concepção de sexo biológico e identidade de gênero, independente de processos cirúrgicos ou definições instituídas pela medicina. Como citado anteriormente não acreditamos em uma receita para constituir-se a mulher trans, pois as identidades se constituem fluidas e inconstantes ao tempo, lugar e corpo, trazendo à tona subjetividade dos indivíduos.

Nossas colaboradoras constituíram-se num nicho específico das mulheres transexuais, mulheres que venceram os desafios postos e impostos na educação básica, sofreram violência física e psicológica, intolerância por parte de professores/as e outros agentes do contexto educacional, assim como o bullying praticado pelos “colegas” que, erroneamente foram “educados” a punir as diferenças, colaborando com o processo das desigualdades. Embora desprovidas de apoio familiar e tendo, por vezes que esconder sua identidade para sobreviver, resistiram às ameaças de seus genitores que prezam pela “integridade moral” da família.

Tratamos aqui de uma *exceção* à regra, a superação dependera das estruturas psicológicas de cada indivíduo. Não nos cabe generalizar e tomar esta realidade como totalidade, dizendo que “se uma conseguiu, todas podem conseguir”. No entanto, faz-se necessário que seja garantido o direito a educação a todas e todos, assim com a família deveria assegurar um ambiente saudável para o pleno desenvolvimento da criança, proporcionando condições de saúde, educação e lazer. Haveria ainda a possibilidade de estudar o porquê da negação familiar em lidar com a transgeneriedade, mas isso cabe o desenvolvimento de outro estudo.

Logo, este estudo contempla aspectos que se interligam para haver coerência e coesão nas interpretações acerca das relações familiares e escolares de mulheres trans da UFMA. Concluímos, após o desenvolvimento e dialogo desses aspectos, que se trata de uma determinada realidade, com a exposição de impressões observadas em nossas histórias de vida, nas vivências familiares, escolares e no reconhecimento de outras experiências similares. Esta reflexão não se completa, ela faz parte de uma rede de concepções que irão interagir com outras realidades e futuros recortes, estudos e pesquisas.

## Referências

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, Ano 2, n. 4, jul/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11>>. Acesso em 10 jan. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; ANDRADE, Fernando César Bezerra De; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e Diversidade Sexual: um glossário**. João Pessoa; Editora Universitária/UFPB, 2009.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em: <[https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989)>. Acesso em: 21 fev. 2018.

JOMALINIS, Emília. **Mural Memória das Mulheres Negras**. Mulheres do Quilombo Vargem, 2014. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/files/2014/11/Mural-Mem%C3%B3ria-das-Mulheres-Negras.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação & Realidade**, p. 59-76, jul-dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam Pillar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana C. M.; PORTO, Rozeli M.; MÜLLER, R. de C. R. (Org.). **Movimentos Sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar**. São Luís: Edufma, 2011.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares**. 2015. 349p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Editora, 2007.